

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.164 - GO (2020/0016038-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : PABLO HENRIQUE PEREIRA SCHIOCHET
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por PABLO HENRIQUE PEREIRA SCHIOCHET contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CRIMINAL 155 § 4º IV DO CÓDIGO PENAL POR DUAS VEZES ARTIGO 244-B DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS CONHECIDOS PRIMEIRA APELAÇÃO PROVIDA SEGUNDA APELAÇÃO DESPROVIDA

Alega violação do art. 155, parágrafo único, e do art. 386, inciso II, ambos do Código de Processo Penal, no que concerne à reforma do acórdão recorrido, a fim de que seja reconhecida ausência de prova da menoridade (não há documento) ou, subsidiariamente, invalidade da prova utilizada (termo de interrogatório de fl. 06), referente à condenação quanto ao delito de corrupção de menores, e seja decretada sua absolvição, trazendo os seguintes argumentos:

Conforme mencionado, a decisão da apelação sequer apreciou a tese defensiva de ausência de documento. A condenação tem como fundamento o fato do delito ser formal, contudo, ainda que se aplique este entendimento, não se pode condenar sem que se tenha provada a existência de atuação de um menor na prática delituosa. (fls. 470).

Ressalta-se que a idade do coautor foi verificada nos autos tão somente pela qualificação do Termo de Depoimento em Auto de Prisão em Flagrante de fl. 06 do auto de prisão em flagrante, não sendo trazida aos autos em nenhuma outra oportunidade documento que demonstrasse se trataram de adolescentes. Orá, não há nenhum documento que comprove a elementar do tipo. (fls. 471).

Ademais, para além do parágrafo único, a decisão colegiada que condenou o recorrente pelo crime de corrupção de menores violou ainda o caput do art. 155 do CPP, segundo o qual a decisão judicial não pode ser fundamentada apenas nos elementos informativos colhidos na investigação, sendo imprescindível a judicialização dessas provas sob o crivo do

contraditório judicial.

E o acórdão se firmou justamente apenas em elementos inquisitoriais (termo de interrogatório de fl. 06) não judicializados, sendo também por esse motivo, carente de provas válidas à condenação.

Desse modo, faz-se necessária reforma do acórdão recorrido, para ser reconhecida a invalidade da prova utilizada para sustentar a condenação do recorrente nas sanções cominadas ao art. 244-B da Lei nº 8.069/90 (ECA), sendo, de consequência, decretada sua absolvição quanto a essa imputação, diante da ausência de provas suficientes para condenação, na forma prevista pelo art. 386, VII, do Código de Processo Penal. (fls. 472).

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso, verifica-se não houve o prequestionamento da tese recursal relacionada a ausência de prova da menoridade (não há documento), uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ademais, no que tange à alegada ausência de prova suficiente para a condenação, bem como à invalidade da prova utilizada, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

[...], restando evidenciada a participação do menor nas condutas em que foi incurso o réu Pablo Henrique Pereira Schiochet, é imperativo o reconhecimento da prática concomitante do crime descrito no artigo 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo a sua condenação alcançar o referido ilícito.

[...]

Quanto ao segundo apelo, em que Pablo Henrique Pereira Shiochet requereu sua absolvição, alegando não haver provas suficientes para sua condenação, não merece acolhida sua pretensão.

Nota-se que, ao pugnar por sua absolvição, o segundo recorrente pontifica que Deivid Severo apenas afirmou quem lhe fornecia os

equipamentos, sem apontá-lo, porém, como autor do delito de roubo.

Nessa particularidade, cumpre-me esclarecer que o acolhimento da denúncia não se fundamentou na indicação de Deivid Severo, em suporte para ao juízo condenatório.

Ao contrário, a indicação somente serviu para confirmar os relatos da vítima, que procurou a Delegacia, noticiando os furtos. Tanto assim que em seu depoimento, a testemunha Hermivam Francisco do Santos esclareceu que as investigações foram intermediadas por um sistema de monitoramento pertencente à empresa NET, que captava os aparelhos, de acordo com os sinais emitidos por satélite.

Esta foi a circunstância que viabilizou a localização dos aparelhos e levou as investigações até a residência de Deivid Severo, onde foi desvendado todo o processo. Na ocasião, Deivid apenas informou que Pablo havia deixado os aparelhos para que fossem desmontados e repassados, mediante o pagamento de uma comissão de 30% (trinta por cento).

[...]

Destarte, a autoria delitiva também resta evidenciada pelos elementos de prova coligidos aos autos, bem como da prova oral produzida no curso das investigações. (fls. 428/431)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente